



Empresa de Pesquisa Energética

Relatório da Administração 2011

Março de 2012



SUMÁRIO

Mensagem – 2

Contexto Operacional – 3

Estudos de Inventários de Bacias Hidrográficas e de Viabilidade Técnico Econômica de UHE - PAC – 21

Contexto Administrativo – 24

Informações Econômico-Financeiras – 28

Perspectivas para 2012 – 32

Agradecimentos – 37

Mensagem

Senhor Ministro,

A Empresa de Pesquisa Energética-EPE, cuja criação foi autorizada pela Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, tem como finalidade realizar estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras; apresenta, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, o seu Relatório da Administração e submete à apreciação de Vossa Excelência as Demonstrações Contábeis do exercício de 2011, acompanhadas do respectivo Parecer dos Auditores Independentes.

Rio de Janeiro, março de 2012.

Contexto Operacional

A Empresa de Pesquisa Energética – EPE, em 2011, deu continuidade ao seu processo de consolidação como Empresa Pública integrante da área energética do Governo Federal.

Ao apresentar o presente Relatório, correspondente ao sétimo ano de atividades operacionais da Empresa (iniciadas em maio de 2005), destacamos os principais estudos desenvolvidos pela EPE no exercício de 2011 e os respectivos resultados alcançados:

1. Balanço Energético Nacional 2011 – Ano base 2010

O Balanço Energético Nacional - BEN contabiliza a oferta, a transformação e o consumo de energia no Brasil, contemplando as atividades de extração de recursos energéticos primários, sua conversão em formas secundárias, importação e exportação, a distribuição e o uso final da energia.

A EPE, a cada ciclo, vem aprimorando os instrumentos de consolidação das estatísticas energéticas brasileiras destacando-se, nesse exercício, a discussão acerca dos critérios metodológicos adotados no BEN, além do aprimoramento técnico da equipe.

Como resultados das atividades relacionadas ao Balanço Energético Nacional foram publicados os seguintes documentos (inclusive em versão eletrônica, disponível na página da EPE na internet):

- Resultados Preliminares
- Relatório Final (em versão bilíngue português/inglês)

Como parte das atividades desenvolvidas pela EPE, cumpre mencionar o apoio prestado, através de acordos de Cooperação Técnica e de Intercâmbio de Informações, a órgãos estaduais responsáveis pela elaboração de balanços energéticos estaduais.

2. Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2011 – Ano base 2010

A Empresa de Pesquisa Energética – EPE lançou a primeira edição do Anuário Estatístico de Energia Elétrica em 2011, ano base 2010. O documento compila informações históricas e consolidadas sobre oferta e demanda de energia elétrica no país e no exterior. O Anuário amplia as informações que já são trazidas pelo Balanço Energético Nacional, anualmente, e pela Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica – ambos os trabalhos produzidos pela EPE.

3. Índice de Sustentabilidade de Usinas Hidrelétricas (ISU-H)

Foi realizada a revisão dos indicadores que compõem o Índice de Sustentabilidade de Usinas Hidrelétricas (ISU-H) utilizados no PDE 2011-2020 na Diretoria de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais. O resultado dessa avaliação foi apresentado na oficina: Indicadores socioambientais para o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE), realizado no dia 25 de agosto de 2011. O workshop, com a participação de dois consultores sênior/colaboradores externos, representantes de instituições governamentais e técnicos das empresas estatais de energia, além de assessores e analistas da SMA e das outras superintendências das diretorias técnicas da EPE, teve como objetivo discutir aspectos conceituais e metodológicos adotados no PDE e, sobretudo, consolidar os indicadores utilizados na avaliação socioambiental dos projetos hidrelétricos para obtenção de um índice socioambiental que permita selecionar e priorizar usinas hidrelétricas no horizonte temporal do plano.

4. Conservação da Biodiversidade nas Bacias dos Rios Tapajós e Juruena

Visando compatibilizar o planejamento hidroenergético com a conservação da biodiversidade formou-se o Grupo Estratégico de Acompanhamento de Empreendimentos Energéticos Estruturantes (Portaria Interministerial 494/10) – GT Estruturante, composto por membros dos Ministérios de Minas e Energia e de Meio Ambiente. Esse Grupo de

Trabalho sugeriu um estudo para as Bacias dos rios Tapajós e Juruena para a identificação de áreas críticas para a conservação da biodiversidade, dado que essas duas Bacias são estratégicas para o planejamento do setor elétrico. Este estudo iniciou-se em abril de 2011 entre as equipes técnicas da Superintendência de Meio Ambiente da EPE, o ICMBio e o MMA. Entre diversas reuniões no Rio de Janeiro e em Brasília, além de muitas videoconferências, foram realizadas duas oficinas. A primeira oficina para definição de alvos a serem levantados nessas Bacias, foi realizada em junho de 2011, a segunda oficina, para definição das metas a serem cumpridas, foi realizada em novembro de 2011. Ambas contaram com a participação de pesquisadores de várias instituições do governo federal, representantes da EPE, do ICMBio e do MMA.

5. Plano Decenal de Expansão de Energia

O Plano Decenal apresenta importantes sinalizações para orientar as ações e decisões dos agentes do setor energético relacionadas ao equacionamento do equilíbrio entre as projeções dos requisitos de energia, decorrentes do esperado crescimento econômico do país, e a necessária expansão da oferta, em bases técnica, econômica e socioambientalmente sustentáveis.

Durante o ano de 2011, foi finalizada pela EPE a elaboração do Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2020, referente ao período 2011-2020. Tal Plano foi objeto de Consulta Pública no período junho-julho de 2011, conduzida pelo MME, conforme Portaria MME nº 344/2011. As contribuições dos diversos agentes setoriais recebidas nesse processo de consulta foram analisadas e, quando pertinentes, incorporadas no documento final ou destacadas para consideração nos ciclos seguintes dos estudos de planejamento da expansão. A aprovação final deste Plano pelo MME ocorreu no final de 2011, e sua publicação impressa em março de 2012.

Complementando a documentação dos estudos efetuados, foram emitidas em 2011 diversas notas técnicas detalhando critérios e metodologias consideradas nos diversos capítulos do relatório final do Plano, destacando-se as seguintes:

- Notas Técnicas EPE-DEE-RE-092/2011-r0 e EPE-DEE-RE-091/2011-r0 abrangendo as metodologias para avaliação das condições de atendimento à demanda máxima do sistema e para a definição do Custo Marginal da Expansão - CME.

Dentre outros aspectos de melhoria incorporados no PDE 2020 em relação aos ciclos anteriores, destaca-se, nos estudos da oferta de geração elétrica, o aprimoramento da metodologia de análise do atendimento à demanda máxima do sistema (ponta).

Ressalta-se também, a continuação e aprimoramento da aplicação da metodologia de avaliação dos projetos hidrelétricos e de transmissão por meio de indicadores de sustentabilidade socioambiental. A análise das emissões de gases de efeito estufa estimadas para o cenário de expansão da oferta de energia também constituiu parte fundamental da análise socioambiental, contemplando as emissões dos diferentes setores econômicos.

Os estudos que subsidiaram o PDE contaram com o apoio do MME e a estreita colaboração de diversas empresas do setor energético, de forma a possibilitar que a abrangência do planejamento no horizonte decenal incorporasse uma visão integrada do setor.

Paralelamente à finalização do PDE 2020, a EPE iniciou a elaboração do PDE 2021, abrangendo o período 2011-2021.

6. Estudos de Suporte aos Leilões de Expansão da Geração de Energia Elétrica

Durante 2011 foram desenvolvidos pela EPE estudos e atividades relacionados aos seguintes Leilões de Compra de Energia Elétrica:

- Leilão A-3 de 2011, realizado em 17 de agosto de 2011, para contratação de energia elétrica proveniente de fonte eólica, biomassa, gás natural e PCH, com início do suprimento em 1º de março de 2014;

- Leilão de Energia de Reserva – LER, realizado em 18 de agosto de 2011, para contratação de energia elétrica proveniente de fonte eólica, biomassa e PCH, com início do suprimento em 1º de julho de 2014;
- Leilão A-5 de 2011, realizado em 20 de dezembro de 2011, para contratação de energia elétrica proveniente de fonte hídrica, eólica, biomassa, gás natural, com início do suprimento em 1º de janeiro de 2016;

Nesse leilão participaram também as usinas hidrelétricas: UHE São Roque e as do Complexo Baixo Parnaíba, composto pelas UHE Estreito, UHE Cachoeira e UHE Castelhana.

De forma geral, as atividades realizadas compreenderam: o cadastramento dos empreendimentos de geração de energia elétrica interessados em participar dos leilões; a análise dos documentos de cada projeto e dos requisitos essenciais à participação nos leilões; emissão da habilitação técnica dos empreendimentos; o estabelecimento de parâmetros para o edital da licitação, com destaque para a garantia física dos empreendimentos e dos estudos para subsidiar o MME na definição dos preços de referência de cada leilão, dentre outras atividades.

A habilitação técnica, no caso das usinas hidrelétricas, compreende além da análise técnica dos estudos de viabilidade dos projetos dos empreendedores, estudos de otimização do arranjo geral da usina e do orçamento proposto, visando à redução dos custos de investimento estimados que levem a preços tetos que primem pelo princípio da modicidade tarifária, o que vem sendo obtido com muito sucesso nos leilões realizados. Estes estudos são encaminhados ao Tribunal de Contas da União, com o objetivo de atender a IN TCU nº 027/1998.

Para o Leilão A-5 de 2011, a EPE realizou os estudos de otimização para das seguintes UHE:

- UHE São Roque = 135 MW

- UHE Cachoeira Caldeirão = 219 MW
- UHE Riacho Seco = 276 MW
- UHE Ribeiro Gonçalves = 113 MW
- Complexo Baixo Parnaíba = 183 MW (UHE Castelhana, Estreito e Cachoeira)

E também elaborou os relatórios das seguintes UHE, para o TCU, atendendo a IN TCU nº 027/1998:

- UHE São Manoel = 700 MW
- UHE Sinop = 400 MW

A tabela a seguir sintetiza os dados relativos aos leilões realizados em 2011.

LEILÕES DE COMPRA DE ENERGIA ELÉTRICA

LEILÃO	PROJETOS CADASTRADOS		PROJETOS HABILITADOS		PROJETOS CONTRATADOS NO LEILÃO			PREÇO MÉDIO CONTRATADO PELAS DISTRIBUIDORAS (R\$/MWh)
	QTD.	MW instalado	QTD.	MW habilitado	QTD.	MW instalado	QTD. Contratada no ACR (MW médio)	
A-3 ⁽¹⁾	574	27.198	306	12.591	51	2.744	1.543 ⁽²⁾	102,07
Reserva	505	15.438	283	8.082	41	1.218	406	99,61
A-5 ⁽³⁾	379	24.331	231	6.418	42	1.211	555	102,18
TOTAL	1458	66.967	820	27.091	134	5.174	2.505	

(1) O Leilão A-3 inclui a Ampliação da UHE Jirau.

(2) Valor da quantidade contratada para o período após 2014. Para o ano de 2014 este valor é de 1.366 MW.

(3) O Leilão A-5 inclui a UHE São Roque.

Ressalta-se, finalmente, o expressivo número de projetos eólicos cadastrados nos leilões para contratação de energia de reserva e energia proveniente de novos empreendimentos de geração (leilões A3 e A5), o que demandou grande esforço da equipe da EPE para conclusão das análises e habilitações técnicas a tempo. Diante da competição estabelecida pela oferta de projetos, observou-se nos leilões um elevado deságio em relação ao preço-teto estabelecido, com destaque para o aumento da competitividade da energia eólica frente às demais fontes de geração de energia elétrica no Brasil.

Os resultados dos leilões de energia eólica representam uma quebra de paradigma e têm chamando a atenção do mundo. Fruto desse sucesso, o presidente Mauricio Tolmasquim, foi convidado a participar de eventos internacionais em 2011, para expor o modelo brasileiro de desenvolvimento da energia eólica aos investidores internacionais e policy makers. Merece destaque o evento “China WindPower 2011”, um dos maiores seminários internacionais na área, no qual o Presidente foi convidado para fazer sua abertura em outubro de 2011.

7. Estudos de Suporte aos Leilões de Expansão da Transmissão de Energia Elétrica

Foram desenvolvidos estudos e atividades, a seguir descritos, destinados a subsidiar os leilões de instalações de transmissão.

- Elaboração do relatório anual intitulado Programa de Expansão da Transmissão (PET), o qual compreende a consolidação das Análises e Pareceres Técnicos dos relatórios denominados R1, R2 e R3, a seguir descritos, visando proporcionar ao MME, e aos agentes do setor elétrico, uma visão completa dos empreendimentos recomendados para serem instalados no Sistema Interligado Nacional (SIN) no horizonte de 5 anos, inclusive com a estimativa de custos destes empreendimentos.
- Análise técnico-econômica das alternativas - Relatórios R1. Tais relatórios consolidam os estudos de planejamento da expansão dos sistemas de transmissão regionais e pareceres técnicos relativos a estudos desenvolvidos por terceiros. Nesses relatórios ou pareceres é incluída a análise socioambiental dos empreendimentos, que visa comparar os aspectos socioambientais das alternativas de transmissão em estudo, de maneira integrada aos demais aspectos técnicos, ficando demonstrado que estes aspectos não restringem nem oneram significativamente as suas implantações, subsidiando a definição da melhor alternativa de corredor de passagem para as linhas de transmissão.
- Análise técnica dos empreendimentos - Relatórios R2. Tais relatórios compreendem estudos de detalhamento voltados à especificação técnica dos empreendimentos, a qual fará parte dos editais de licitação das instalações de transmissão.

- Análise socioambiental dos empreendimentos de transmissão (Relatórios R3). Além da avaliação socioambiental elaborada nos relatórios R1, é feita a caracterização e análise socioambiental dos corredores de transmissão (conteúdo deste relatório R3), visando a subsidiar o processo de licitação das instalações da transmissão.

Como destaque dentre os estudos iniciados pela EPE em 2011, citam-se os estudos da transmissão para o escoamento da energia das usinas do complexo do Teles Pires, concebido com três circuitos de 500 kV após análises de alternativas com dois circuitos de 500 kV, além de alternativas em corrente contínua em ± 500 e ± 600 kV.

Ressalta-se o término dos estudos de integração da usina de Belo Monte (Relatórios R1) e expansão das interligações N-NE, N- SE/CO e NE-SE. Até meados de 2012, estes estudos terão a sua fase de detalhamento concluída, constituindo-se, então, o relatório R2. A alternativa recomendada, inclui um sistema de 500 kV para o NE e SE, além de dois bipolos de corrente contínua no nível de ± 800 kV para o SE. Esta conclusão foi obtida após terem sido contempladas alternativas tecnológicas em corrente alternada nos níveis de tensão de 500, 750 e 1.000 kV, em corrente contínua nos níveis ± 600 kV e, além da alternativa de transmissão em meia onda.

Destacam-se, também, os estudos realizados pela EPE quanto às instalações compartilhadas de geração (ICGs), os quais subsidiaram o leilão de energia de reserva, a partir de fontes eólicas. Para a integração dessas fontes de energia eólica ao Sistema Interligado Nacional, foi realizado no primeiro semestre de 2011 o leilão de expansão da Rede Básica dos estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Bahia.

Foram realizadas em 2011 três licitações de outorgas de concessão, contemplando cerca de 4600 km de linhas de transmissão e 13000 MVA de subestações transformadoras em diversos estados. A tabela a seguir sintetiza os dados relativos aos leilões realizados em 2011.

LEILÕES DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

LEILÃO	DATA	QTD. EMPR.	kV	Linhas de transmissão (km)	Subestações transformadoras (MVA)
001/2011		03	500 230	265 164,5	1500
004/2011		12	500 230	2479 313	6900
006/2011		9	500 230	888 482	4643
TOTAL				4591,5	13043

8. Estudos Específicos do Planejamento da Expansão da Geração e da Transmissão de Energia Elétrica

8.1 - Estudos de transmissão associados ao Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE

Em 2011 foi dada continuidade aos estudos associados à integração de diversos aproveitamentos de grande porte na região amazônica, destacando-se os seguintes: UHE Belo Monte (11.233 MW), aproveitamentos hidrelétricos na bacia do rio Teles Pires (cerca de 3.500 MW distribuídos em cinco usinas), aproveitamentos nos rios Tapajós e Jamanxim (cerca de 10.700 MW, distribuídos em cinco usinas) e as usinas de Marabá e Serra Quebrada, na bacia do rio Tocantins (com, respectivamente, 2.160 MW e 1.328 MW). Como resultado dos estudos associados a tal conjunto de aproveitamentos destacam-se o montante de investimentos envolvidos tanto na geração quanto nos sistemas de transmissão, e os impactos na operação do SIN, na expansão das interligações e nos significativos reforços nos sistemas regionais.

Ainda no âmbito do PDE, foram realizados outros estudos específicos do sistema de transmissão, tais como:

- Estudos sobre a evolução dos valores das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão;
- Pareceres sobre estudos de acesso à Rede Básica por novos agentes, principalmente de consumo;

- Estudos de curto-circuito.

Recálculos e cálculos de Garantia Física

No ano de 2011 foram realizados os primeiros estudos de recálculo de garantia física de usinas hidrelétricas seguindo a nova metodologia estabelecida na Portaria MME nº 861/2010. No primeiro lote de pedidos de recálculos foram analisados os projetos das usinas hidrelétricas Peixe Angical, Mascarenhas e Monjolinho, com os estudos técnicos documentados na Nota Técnica EPE-DEE-RE-018-2011, culminando com a publicação, pelo MME, da Portaria SPDE nº 11, de 19 de maio de 2011. O segundo lote de recálculo de garantias físicas de empreendimentos hidrelétricos abrangeu as usinas de Barra dos Coqueiros e Salto, com os estudos da EPE publicados na Nota Técnica EPE-DEE-RE-042-2011-r0 e a garantia física revisada por meio da Portaria SPDE nº 33, de 19 de agosto de 2011.

No âmbito dos leilões para compra de energia de novos aproveitamentos foram realizados dois recálculos de garantia física, dos aproveitamentos de Jirau e de Santo Antônio do Jari, que foram objeto das notas técnicas EPE-DEE-RE-049-2011 e EPE-DEE-RE-110-2011, respectivamente.

De forma a aprimorar os procedimentos de apuração das garantias físicas das usinas hidrelétricas a EPE desenvolveu metodologia para o cálculo do rendimento médio do conjunto turbina-gerador e perda hidráulica média no circuito de geração. Estes parâmetros são adotados nos modelos energéticos, especificamente NEWAVE e MSUI. A metodologia, descrita na NT-EPE-DEE-RE-037, prevê, basicamente, a determinação de um despacho ótimo de unidades geradoras, sendo necessário para tanto, solução de um problema de programação matemática não linear inteiro misto.

Além destes processos de recálculo, e dos processos de cálculos para os novos empreendimentos de geração cadastrados nos leilões de energia nova, a EPE realizou o cálculo da UHE Samuel, usina localizada em Rondônia e que passou a integrar o Sistema Interligado Nacional – SIN em 2009. A garantia física desta UHE foi definida na Portaria

SPDE nº 38, de 25 de novembro de 2011, e o detalhamento do cálculo consta da Nota Técnica EPE-DEE-RE-095-2011-r0.

Estudos diversos de Suporte ao MME

Também merecem destaque os estudos desenvolvidos pela EPE para auxílio aos trabalhos de regulação e acompanhamento do potencial hidrelétrico brasileiro, como os realizados para dar suporte ao MME nas decisões sobre a alteração de combustíveis dos empreendimentos contratados nos leilões de energia nova e os estudos de avaliação energética das alternativas de motorização das usinas do rio Madeira e de nível de montante da UHE Santo Antônio.

Estudos energéticos associados à expansão das interligações

Visando fornecer subsidio para a definição do sistema de transmissão para escoamento da UHE Belo Monte e das demais usinas da região Amazônica que comporão o sistema brasileiro em um horizonte de longo prazo, considerando como referência a expansão da geração realizada no PDE 2020 e revisões das estimativas de investimento para a expansão da transmissão, foi feita uma atualização do estudo publicado na NT EPE-DEE-RE-027/2010-r0 indicando as necessidades energéticas de exportação e importação entre os subsistemas equivalentes de energia.

Tendo em vista as sobras energéticas da região Nordeste, principalmente a partir de 2013, analisou-se a capacidade de exportação do Nordeste em uma eventual situação de estiagem extrema na região Sudeste/Centro-Oeste e/ou crescimento acentuado da demanda. Assim, além das expansões consideradas na simulação energética do PDE 2020, vislumbrou-se a possibilidade de antecipação dos reforços na interligação entre as regiões Nordeste e Sudeste/Centro-Oeste, para permitir a ampliação da capacidade de exportação do Nordeste.

Modelagem do sistema hidrotérmico para estudos energéticos

Com relação aos modelos de simulação utilizados nos estudos energéticos (NEWAVE e SUISHI-O), foi feito um estudo sobre a representação da configuração hidrotérmica,

buscando avaliar o impacto da representação em subsistemas equivalentes na decisão do despacho hidrotérmico ótimo. Os resultados das simulações com ambos os modelos foram comparados neste estudo, sendo identificados comportamentos diferentes daqueles esperados, levando a indicação de aprimoramentos, como a ampliação do número de subsistemas.

Iniciou-se também um estudo detalhado sobre os critérios de convergência utilizados para tomada de decisão de expansão da geração e transmissão nos estudos energéticos dos Planos Decenais, avaliando-os e visando sugerir adequações, sempre de modo a atender à carga de energia elétrica de forma segura e econômica. Este trabalho contínuo de aprimoramento e evolução metodológica foi priorizado durante o ano de 2011, com o envolvimento das equipes técnicas da EPE nos diversos fóruns setoriais de discussão sobre o tema.

8.2 - Planejamento do Atendimento aos Sistemas Isolados

- Ao longo do ano de 2011 a EPE, por atribuição legal e regulamentar que lhe foi delegada, deu continuidade aos estudos para assessorar o MME na avaliação das condições de atendimento dos sistemas isolados, com destaque para o estudo de atendimento ao mercado de Roraima, além da atualização dos estudos que reviram as condições de atendimento à demanda de Manaus, para o período pré-interligação daquele mercado ao SIN, e reavaliaram as condições de atendimento às demandas máximas do mercado de energia elétrica do Estado do Amapá para o período 2010-2012.

Além disso, com o estabelecido na Portaria MME nº 600/2010, dando continuidade ao processo ora estabelecido para expansão dos Sistemas Isolados por meio de licitações, ao longo de 2011 foram levantadas, junto às distribuidoras com Sistemas Isolados, suas necessidades de mercado e os balanços de atendimento à demanda máxima (ponta) para o período 2012 – 2016.

9. Sistemas Isolados

No que se refere aos Sistemas Isolados, com a publicação da lei 12.111 de 09/12/2009, do Decreto 7.246 em 28/07/2010 e da Portaria MME nº 600 em 30/06/2010, a EPE se

tornou responsável pela avaliação e habilitação técnica dos Projetos de Referência. Entende-se como Projeto de Referência a descrição de solução de suprimento de energia elétrica para atendimento aos consumidores dos Sistemas Isolados proposta pela Distribuidora local. As Distribuidoras são as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços e instalações de distribuição de energia elétrica dos estados que possuem Sistemas Isolados.

No final do ano de 2010 e início de 2011, EPE, MME, ANEEL e distribuidoras dos Sistemas Isolados, iniciaram os trabalhos a fim de definir as métricas para o cumprimento da legislação publicada. Dentre estes trabalhos citam-se reuniões com todos os agentes citados, reuniões com participação do MME e da ANEEL, além de reuniões com as Distribuidoras na EPE, a fim de orientar a confecção e o envio dos Projetos de Referência. Destaca-se também a emissão, pela EPE, da primeira versão do documento “Instruções para o Encaminhamento do Planejamento do Atendimento dos Mercados Consumidores em Sistemas Isolados e Apresentação de Projetos de Referência”, em setembro de 2010.

Os primeiros Projetos de Referência que foram entregues na EPE, ainda no final de 2010, estavam insatisfatórios. A EPE orientou os agentes, que começaram a enviar os primeiros documentos com características de Projeto de Referência no começo de 2011. Em 25/03/2011, após rodadas de análise, a EPE encaminhou ao MME a Habilitação Técnica do Projeto de Referência referente à localidade de Fernando de Noronha, pertencente à área da CELPE. Em 30/06/2011, após contatos realizados, a EPE emitiu parecer técnico relativo ao Projeto de Referência da Eletrobrás Distribuição Acre e Eletrobrás Distribuição Rondônia. Estas Distribuidoras encaminharam nova revisão dos projetos apenas em 24/10/2011 e, atualmente, estão em fase final de análise. A Eletrobrás Amazonas Energia encaminhou em 28/11/2011 o Projeto de Referência relativo a 34 Sistemas Isolados. Este Projeto está em fase de análise pela EPE.

Com a publicação da Portaria MME nº 493 em 23/07/2011, que define as diretrizes para o atendimento em energia elétrica das Regiões Remotas dos Sistemas Isolados por meio

do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – “Luz Para Todos”, ficou definido que os projetos de referência deste Programa também deverão ser habilitados tecnicamente pela EPE.

No que tange ao Programa Luz Para Todos, a EPE recebeu em 26/09/2011 a primeira versão do Projeto de Referência da CELPA, relativo a 11 localidades da cidade de Porto de Moz, no estado do Pará, denominado RESEX Verde para Sempre. Após rodadas de análise, este Projeto encontra-se em fase final de avaliação. A EPE recebeu outros Projetos de Referência, estes ainda em fase de análise.

10 . Monitoramento, Acompanhamento e Análise do Mercado de Energia

Como parte do acompanhamento do mercado de energia elétrica a COPAM – Comissão Permanente de Análise e Acompanhamento do Mercado, instituída e coordenada pela EPE, realizou nos meses de março, abril, maio, agosto, novembro e dezembro, reuniões com os agentes do mercado das regiões Sul, Norte/Nordeste, Sudeste/Centro Oeste e Sistemas Isolados. Os estudos de monitoramento, acompanhamento e análise da demanda de energia são consolidados em documentos disponibilizados ao público na página da EPE na internet: www.epe.gov.br.

10.1. Resenhas mensais do acompanhamento do mercado de energia elétrica

Editadas mensalmente, as resenhas tem como objetivo apresentar as estatísticas e a análise da evolução mensal do mercado de energia elétrica nacional e regional, bem como de indicadores desse mercado, tais como consumo médio e número de consumidores. Objetiva-se a apresentação do mercado de energia elétrica desagregado em subsistemas elétricos, regiões geográficas e Brasil, segundo os seus principais segmentos de consumo. Analisa-se, também, o comportamento de alguns indicadores econômicos que afetam o nível do consumo de energia elétrica, principalmente a produção industrial. Destaca-se que em 2011 iniciou-se a elaboração de versão traduzida para o idioma inglês. As resenhas são disponibilizadas regularmente ao público na página da EPE na internet: www.epe.gov.br.

10.2. Boletim de Conjuntura Energética

O Boletim apresenta as estatísticas e a análise da evolução trimestral dos principais energéticos em uso do país vis-à-vis o desempenho da economia, contemplando produção, consumo, exportação, importação, preços e tarifas, entre outras informações. Analisa-se o comportamento de indicadores econômicos nacionais e internacionais (como, por exemplo, PIB, produção industrial, emprego e rendimento, comércio e serviços, agropecuária, comércio exterior, preços de commodities) e a sua relação com a evolução dos energéticos. No ano de 2011 foram produzidos quatro boletins.

10.3. Revisões quadrimestrais da demanda de energia elétrica

Os estudos realizados em conjunto com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) têm como objetivo a revisão das projeções do mercado de energia elétrica e da carga de energia e de demanda do Sistema Interligado Nacional (SIN), discriminadas por subsistema elétrico, que servem de base para o planejamento da operação energética.

As revisões das projeções de mercado são baseadas nos estudos de conjuntura econômica e na possível revisão de cenários econômicos e setoriais e, ainda, nas análises de mercado realizadas no âmbito da Comissão Permanente de Análise e Acompanhamento do Mercado de Energia Elétrica (COPAM), da qual participam os diversos agentes setoriais do mercado de energia elétrica. Os resultados são utilizados nos estudos do ONS que se destinam ao planejamento da operação energética do sistema interligado, tendo rebatimento na formação dos preços de energia de curto prazo, o chamado preço de liquidação das diferenças (PLD), constituindo, portanto, informação fundamental no arranjo institucional do setor elétrico. Habitualmente, são realizadas duas revisões ao longo do ano, uma no primeiro e outra no segundo quadrimestre, salvo a necessidade de realização de uma revisão extraordinária motivada por fatores relevantes que tenham alterado significativamente a trajetória do mercado. As revisões quadrimestrais são disponibilizadas na página da EPE na internet: www.epe.gov.br.

11. Outros Estudos de Suporte ao Planejamento Energético

11.1. Projeção da demanda de energia elétrica para os próximos 10 anos (2012-2021)
Esta nota técnica contempla o período decenal 2012-2021. Ela subsidia atualizações e revisões do Plano Decenal de Expansão de Energia e foi utilizada pelo ONS, como referência de projeção da carga, para o Plano Anual da Operação Energética (PEN) relativo ao período 2012-2016.

Esta nota técnica está disponível na página da EPE na internet: www.epe.gov.br

11.2. Caracterização do cenário macroeconômico para os próximos 10 anos (2012-2021)

Esta nota técnica detalha elementos conjunturais e estruturais que irão determinar as premissas econômicas no horizonte decenal 2012-2021. Os resultados deste estudo subsidiam os estudos de demanda e oferta de energia do Plano Decenal de Energia respectivo.

12. Acordo de Cooperação Técnica Brasil/Alemanha

Em setembro de 2011 a EPE assumiu a coordenação técnica do Programa de Energias Renováveis e Eficiência Energética, para o qual foram destinados 4,88 milhões de euros para o desenvolvimento de ações de eficiência energética, implementação de projetos de inovação tecnológica, como o denominado “*smart grid*”, de geração solar heliotérmica (“CSP”) e apoio às ações de concessionárias em sistemas isolados, além de outros temas de interesse.

No âmbito do Acordo, a EPE vem realizando, com o apoio da GIZ, projetos e estudos nas áreas de geração eólica, geração solar fotovoltaica e heliotérmica e eficiência energética.

13. Projeto META

O Projeto META constitui-se em um projeto de assistência técnica aos setores de energia e mineral, financiado por empréstimo do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), e coordenação geral do MME, responsável pelos repasses de recursos no âmbito do projeto.

No que diz respeito à EPE, os recursos do Projeto META destinam-se à contratação de serviços técnicos especializados a serem realizados a partir de 2012, no valor total orçado de R\$ 7.837.770,00.

14. Base de dados anemométricos e climatológicos (Sistema AMA)

Em 2011 foram desenvolvidos os métodos matemáticos e rotinas computacionais destinadas à análise de consistência das medições climatológicas e anemométricas e à caracterização técnica do regime de ventos nos locais dos parques eólicos vencedores do LER 2009. Cabe registrar que ao final de 2011 a EPE já estava recebendo regularmente a cada quinzena, medições efetuadas em 63 parques eólicos.

15. Estudos sobre a indústria de petróleo, gás natural e biocombustíveis

- Atualização do estudo do zoneamento nacional dos recursos de óleo e gás;
- Realização de estudos para suporte ao MME/SPG na execução do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País (PEMAT);
- Aperfeiçoamento da metodologia para cálculo de frações de gás (gás natural seco, gás liquefeito de petróleo (GLP) e gasolina natural (C5+)) oriundos de unidades de processamento de gás natural (UPGN);
- Estudos relativos à projeção do balanço de oferta e demanda de gás natural para o planejamento da expansão da infraestrutura da malha de suprimento de gás natural brasileira e dos investimentos a ela associados;
- Estudos sobre preços de gás natural para o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE);
- Contratação de serviços técnicos especializados para estruturação de metodologia e a provisão de uma base de dados voltados para a realização de estudos de viabilidade técnica e econômica (EVTE) de construção e montagem de gasodutos;

- Estudos relativos a marcos regulatórios para atividades de E&P em vários países, consolidados no livro “Marcos Regulatórios da Indústria Mundial do Petróleo”, organizado pelo Presidente da EPE, Dr. Maurício Tiomno Tolmasquim, e pelo Diretor da ANP, Dr. Helder Queiroz Pinto Junior;
- Estudos sobre preços de petróleo e derivados;
- Estudos sobre demanda de derivados de petróleo e biocombustíveis para o setor de transporte;
- Estudos sobre refino nacional;
- Estudos sobre logística de petróleo, seus derivados e biocombustíveis no Brasil;
- Estudos sobre oferta de biocombustíveis e bioeletricidade a partir da cana-de-açúcar;
- Estudos sobre tecnologias industriais e agrícolas para a produção de cana-de-açúcar, etanol e biocombustíveis, bem como impactos na área de plantio;
- Estudos sobre rotas tecnológicas e potencial de produção de etanol de lignocelulose (conclusão da contratação externa: CENBIO);
- Estudos sobre o comportamento do usuário de veículo flex fuel na escolha do combustível (contratação externa: Instituto Olhar);
- Análise de conjuntura dos biocombustíveis;
- Elaboração da Nota Técnica: “Considerações sobre o setor sucroenergético - Restrição de oferta do etanol”;
- Elaboração da Nota Técnica: “Estudo sobre a inserção dos veículos elétricos no Brasil”.

Estudos de Inventários de Bacias Hidrográficas e de Viabilidade Técnico-Econômica de UHE – PAC

No ano de 2011 foi dado prosseguimento aos estudos de viabilidade de três (3) Usinas Hidrelétricas (UHE), a saber: Sinop (400 MW), São Manoel (700 MW) e Foz do Apiacás (200 MW), correspondendo a uma potência total prevista da ordem de 1.300 MW.

Ressaltam-se os seguintes aspectos desses estudos de viabilidade:

- O estudo de Viabilidade da UHE São Manoel foi protocolado na ANEEL 2009, recebendo aceite em 2010. Os estudos de impacto ambiental e do componente indígena foram protocolados em 2010 no IBAMA e na FUNAI respectivamente. A FUNAI solicitou revisão do ECI em 21/01/2011 a qual foi entregue pela EPE em 22/07/2011. A FUNAI aceitou o estudo para análise em 02/08/2011. Houve duas tentativas de realização das audiências públicas, em outubro e novembro de 2011, frustradas pela oposição de indígenas contrários à construção de usinas hidrelétricas no rio Teles Pires.
- O estudo de viabilidade da UHE Foz do Apiacás foi protocolado na ANEEL em 2010, recebendo aceite no mesmo ano. O estudo de impacto ambiental foi protocolado na SEMA-MT em 2010 e foram realizadas audiências públicas nos municípios de Paranaíta (MT), Apiacás (MT) e Nova Monte Verde (MT) no mesmo ano. Em 13/08/2010 a EPE protocolou na FUNAI o estudo do componente indígena. A FUNAI solicitou revisão deste estudo em 21/01/2011 a qual foi entregue pela EPE em 22/07/2011. A FUNAI aceitou o estudo para análise 02/08/2011, mas ainda não emitiu sua aceitação técnica.
- O estudo de viabilidade da UHE SINOP foi protocolado e aceito pela ANEEL em 2010. Neste mesmo ano o estudo de impacto ambiental foi protocolado na SEMA-MT. Ainda em 2010 foram realizadas audiências públicas nos seguintes

municípios do estado de Mato Grosso: Ipiranga do Norte, Sorriso, Sinop e, Cláudia e Itaúba. A população de Sinop solicitou à Sema/MT, em 09/08/2011, a realização de novas audiências públicas no município. Foram agendadas Audiências Públicas em 31/10/2011 e 07/11/2011, ambas suspensas pelo Ministério Público. A Agência Nacional de Águas - ANA - solicitou complementações ao estudo sobre a qualidade da água, visando à emissão da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica - DRDH. Estas complementações foram entregues em 28/07/2011 e a Agência emitiu a DRDH em 24/10/2011. A Sema-MT emitiu parecer técnico em 14/04/2011 solicitando complementações ao EIA/RIMA que foram encaminhadas pela EPE em 14/05/2011. Novas complementações foram solicitadas pela Sema-MT e atendidas pela EPE em 28/11/2011. A Prefeitura Municipal de Sinop emitiu Certidão de Uso e Ocupação do Solo em 23/09/2011. A Sema-MT realizou vistoria técnica no local do empreendimento em 05/12/2011.

Com relação aos estudos de inventários, as bacias dos rios Araguaia, Branco, Juruena, Jari e Tibagi tiveram seus estudos aprovados pela ANEEL em 2011. Os inventários das bacias dos rios Aripuanã e Sucunduri foram concluídos e entregues à ANEEL em 2011.

- Os estudos de inventário da bacia hidrográfica do rio Araguaia foram apresentados na ANEEL em 31/01/2011, sendo aprovados por esta Agência, conforme Despacho no 4.633, de 02 de dezembro de 2011.
- Os estudos de inventário da bacia hidrográfica do rio Branco foram apresentados na ANEEL em 27/01/2011, sendo aprovados por esta Agência, conforme Despacho no 3.785, de 19 de setembro de 2011.
- Os estudos de inventário da bacia hidrográfica do rio Juruena foram aprovados pela ANEEL, conforme Despacho no 3.208, de 08 de agosto de 2011.
- Os estudos de inventário da bacia hidrográfica do rio Jari foram apresentados na ANEEL em 27/01/2011, sendo aprovados por esta Agência, conforme Despacho no 4.757, de 08 de dezembro de 2011.

- Os estudos de inventário da bacia hidrográfica do rio Tibagi foram apresentados na ANEEL em 14/03/2011, sendo aprovados por esta Agência, conforme Despacho no 2.846, de 11 de julho de 2011. A Avaliação Ambiental Integrada – AAI - encontra-se em conclusão, com seminário público previsto para maio de 2012.
- Os estudos de inventário da bacia hidrográfica do rio Aripuanã foram concluídos e entregues à ANEEL em 31/05/2011. A ANEEL registrou aceite técnico dos estudos, para fins de análise, por meio do Despacho no 2.741, de 01 de julho de 2011. A Avaliação Ambiental Integrada – AAI – foi concluída, e seminários públicos estão previstos para 10 e 12 de abril de 2012.
- Os estudos de inventário da bacia hidrográfica do rio Sucunduri foram entregues à ANEEL em 29/12/2011. A ANEEL registrou aceite técnico dos estudos, para fins de análise, por meio do Despacho no 148, de 17 de janeiro de 2012. A Avaliação Ambiental Integrada não será realizada por não ter sido identificado nenhum potencial técnico-econômico e ambiental viável.
- Por solicitação da EPE, a ANEEL prorrogou o prazo para entrega dos estudos de inventário da bacia hidrográfica do rio Trombetas para 31/07/2014, conforme Despacho no 2.617, de 21 de junho de 2011. Os estudos de cartografia, contratados em 2010, têm conclusão prevista para o segundo semestre de 2012. Os estudos de engenharia e meio ambiente aguardam autorização, para a realização dos serviços de campo em áreas protegidas (unidades de conservação, terras indígenas e terras de remanescentes de quilombos) da bacia, para serem licitados.
- Por solicitação da EPE, a ANEEL efetivou como ativo o registro para a realização dos estudos de inventário da bacia hidrográfica do rio Negro, por meio do Despacho no 2.828, em 08 de julho de 2011. Os estudos têm previsão de entrega para 15/10/2013.

Contexto Administrativo

No aspecto da organização administrativa, há que destacar:

O quadro de pessoal da Empresa, em 31 de dezembro de 2011, contava com 270 empregados e 9 requisitados. Houve um acréscimo de 7,97% em relação a dezembro de 2010.

O Plano de Previdência Complementar da EPE, que é administrado pela Fundação Eletrobrás de Previdência Complementar – ELETROS, ao completar dois anos de sua implantação, conta com 237 participantes vinculados a EPE, ou seja, 82,87% dos 286 elegíveis, além de 15 autopatrocinadores, e teve um incremento de 67% em seu patrimônio, que em dezembro de 2010 era de R\$ 9, 3 milhões e ao final de 2011 passou a ser de R\$ 15,5 milhões.

Tendo em vista o tempo mínimo de Empresa requerido para elegibilidade ao processo de avaliação de desempenho, em abril de 2011, foram avaliados 189 empregados, correspondendo a 88% do quadro (214 pessoas).

De acordo com os critérios previstos no Plano de Cargos e Salários – PCS foram promovidos por Tempo de Serviço 135 empregados, sendo 122 de nível superior e 13 de nível médio, correspondendo a 75% do total de empregados elegíveis à promoção.

Quanto às ações voltadas para o treinamento e desenvolvimento dos empregados, foram realizados 185 eventos que contemplaram 284 empregados da EPE e totalizaram 1.378 participações, 19.020 horas e um investimento em inscrições no valor total de R\$ 439.326,80.

Em 2011, a EPE fortaleceu suas ações corporativas em capacitação, com o objetivo de integrar as competências fundamentais para consecução das estratégias e propósitos da

Empresa. Nessa perspectiva, destacam-se os seguintes programas corporativos realizados em 2011:

- Curso de formação básica, “Conceitos Fundamentais para o Planejamento Energético”, com o objetivo de prover conhecimentos conceituais e instrumentais básicos sobre planejamento energético integrado aos profissionais da EPE. Em 2011 foi realizada a 3ª turma em continuidade ao programa iniciado em 2010, com 120 horas/aula, que contemplou um total de 30 empregados;
- Palestra “Comunicação e Feedback na Avaliação de Desempenho”, com 2 horas e meia de duração, voltado para a preparação dos empregados que exercem o papel de avaliador de desempenho na EPE, abrangendo 44 empregados;
- Palestra “Assédio Moral e Assédio Sexual: um desafio. Como prevenir? Como combater?”, visando, a partir da conscientização e esclarecimentos, manter um ambiente de trabalho saudável e isento de assédios. O evento, com 2 horas de duração, teve 228 empregados participantes;
- Palestra “Equipes de Alta Performance”, que teve por objetivo levar à reflexão sobre a importância de pessoas, gestores e da sinergia das equipes para o alcance de resultados sustentáveis, ressaltando-se os aspectos que promovem a construção e o desenvolvimento de equipes de alta performance. O evento teve carga horária de 2 horas e a participação de 239 profissionais;
- Cursos do Office: 4 turmas de Excel 2007 Avançado, 2 turmas de Word 2007 Avançado e 2 turmas de Power Point 2007, que contaram com um total de 91 participantes;
- Curso de Técnicas de Apresentação: 3 turmas com 16 horas aula/cada, sendo capacitados o total de 30 profissionais;
- Curso de Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência: 1 turma com 16 horas/aula capacitando 31 empregados. “Excel 2007 – Avançado”, 20 horas, capacitando 39 empregados;

- Curso de Comunicação Escrita Empresarial e o Novo Acordo Ortográfico: 2 turmas com 16 horas/aula cada e um total de 48 participantes.

Foram realizados, ainda, eventos específicos, em turmas fechadas para as áreas da Empresa, tais como o de “Gestão de Conflitos Socioambientais em atividades relacionadas ao Planejamento Energético”, o de “Planejamento Sistemático da conservação da biodiversidade” e o workshop “A China e seus impactos internacionais no mercado internacional de Petróleo”. Alguns desses eventos contaram com a participação de profissionais convidados de outras empresas.

Em novembro de 2011, foi implantado o sistema de controle e apuração de frequência através do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP, observando as regras estabelecidas na Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009. Em decorrência da implantação do sistema, foram treinados todos os empregados da EPE.

A área de Tecnologia da Informação e Comunicações, que fazia parte da Superintendência de Recursos Logísticos, foi constituída em uma superintendência própria. Essa mudança veio refletir a importância do componente TI nos produtos desenvolvidos pela EPE, tanto do ponto de vista da infraestrutura para suportar os serviços oferecidos pela Empresa, como do Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas com a finalidade específica de apoiar as suas atividades fim.

Ao longo de 2011 foi concluído o desenvolvimento e implantado o sistema de Análise de Medições Anemométricas (AMA), substituído o Sistema Interativo de Previsão de Posição e Reserva (SIMPRO) pelo Simulador Georeferenciado de Produção de Petróleo – Recursos Descobertos (SIMGEP-RD), além de ter-se continuado a manutenção evolutiva do Sistema de Informações Socioambientais (SISA), do Sistema de Apoio ao Programa Nodal (SAPN), do Sistema de Informações de Mercado para o Planejamento do Setor Elétrico (SIMPLES), do sistema do Balanço Energético Nacional (BEN) e do sistema de Acompanhamento de Empreendimentos Geradores de Energia (AEGE), dentre outros.

Na área de Infraestrutura Computacional e de Comunicações, foi concluída a implantação do novo *Data Center*, que conta com recursos mais adequados de ar refrigerado e de alimentação elétrica, duplicada a capacidade de processamento dedicada ao software Newave, e quase que duplicada a capacidade de armazenamento em disco da rede. Foi inaugurada ainda uma moderna sala de videoconferência, que conta com equipamentos de alta definição (HD) e possui tratamento acústico e iluminação apropriados. Iniciou-se a primeira atualização tecnológica do parque de estações de trabalho utilizadas pelos colaboradores, com a substituição de notebooks e a entrada em operação de estações de alto desempenho, para utilização de ferramentas GIS e de outros programas que demandam uso intensivo de CPU, além de serem adquiridos vários software para modelagem.

Informações Econômico-Financeiras

Na qualidade de empresa pública de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social desde abril de 2008 a EPE vem desenvolvendo suas atividades econômico-financeiras, objetivando o aperfeiçoamento no planejamento financeiro, nos processos orçamentários, nas programações financeiras para custeio e investimento e nos registros contábeis, em conformidade com as legislações societária, tributária e previdenciária.

A seguir apresentamos as principais informações econômico-financeiras do exercício de 2011, comparativamente ao ano de 2010, em conformidade com a legislação societária.

Informações Econômico-Financeiras	2011	2010
Receita Bruta de Subsídios Públicos – R\$ mil	67.422	82.789
Custos dos Serviços – R\$ mil	(44.358)	(54.632)
Lucro Bruto (resultado do serviço) – R\$ mil	23.064	28.157
Despesas Operacionais (exceto despesas financeiras) – R\$ mil	(28.474)	(29.040)
Receitas (-) Despesas Financeiras – R\$ mil	140	224
Recuperação de Custos e Despesas – Leilão ANEEL – Transmissão – Arapiraca III e Geração - Rio Teles Pires – (inclui atualização monetária) - R\$ mil	11.833	0
Tributos sobre o lucro (imposto renda e contribuição social) – R\$ mil	(2.144)	0
Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício – R\$ mil	4.419	(659)
EBITDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização – R\$ mil	7.437	396
Liquidez Corrente - R\$	2,75	2,43
Índice de Endividamento	0,46	0,51
Retorno sobre o Patrimônio Líquido - (%)	22,65	(3,27)
Retorno do Investimento – ROI – (%)	90,95	96,67

Receita Bruta de Subsídios

A Receita Bruta de Subsídios contabilizada no exercício de 2011 atingiu o montante de R\$ 67.422 mil, representando uma redução de 18,6% em relação ao exercício de 2010, quando foi apropriado ao resultado o valor de R\$ 82.789 mil. Tal redução decorreu, principalmente, por menores subsídios para fazer frente aos gastos em consultorias para os estudos de inventários e viabilidade técnico, econômico e ambiental de empreendimentos hidrelétricos e também por liberações sob a forma de adiantamento para futuro aumento de capital, contabilizado diretamente no patrimônio líquido.

Custos dos Serviços

Os Custos dos Serviços registrados em 2011 foram de R\$ 44.358 mil, representando um decréscimo de 18,81% em relação aos R\$ 54.632 mil contabilizados no exercício de 2010. O decréscimo dos custos em 2011 decorreu principalmente da redução dos gastos com as consultorias para os estudos de inventários e de viabilidade técnico, econômica e ambiental de empreendimentos hidrelétricos. Também contribuiu para justificar tal redução os gastos menores com pessoal em 2011, uma vez que não foi assinado durante o exercício o acordo coletivo de trabalho, enquanto que no ano de 2010 foram apropriados os custos decorrentes dos reajustes salariais provenientes dos acordos coletivos dos dissídios de 2009 e do próprio exercício.

Despesas Operacionais

As Despesas Operacionais, excetuando as despesas financeiras, registradas no exercício foram de R\$ 28.474 mil, representando uma redução de 1,95% em relação aos R\$ 29.040 mil contabilizados no exercício de 2010.

Receitas/Despesas Financeiras

As contas de receitas financeiras, excetuando a atualização monetária nos reembolsos do Leilão da ANEEL relativo à transmissão de Arapiraca III e estudos de inventário e viabilidade do Rio Teles Pires (R\$ 385 mil), e despesas financeiras apresentaram um resultado líquido positivo em 2011 de R\$ 140 mil, representando uma redução de 37,50% em relação ao ano de 2010 (R\$ 224 mil).

As receitas financeiras totalizaram R\$ 554 mil (R\$ 232 mil em 2010). As despesas financeiras apropriadas no exercício de 2011 foram de R\$ 29 mil, enquanto que em 2010 totalizaram R\$ 9 mil.

Reembolsos de Custos e Despesas - Leilões ANEEL

No exercício de 2011 a EPE foi ressarcida de custos e despesas incorridos nos estudos de inventários de bacias hidrográficas e de viabilidade técnico, econômica e ambiental de empreendimentos hidrelétricos e de transmissão no valor de R\$ 11.833 mil, através dos Leilões realizados pela ANEEL, sendo R\$ 11.670 mil dos estudos do rio Teles Pires e R\$ 163 mil dos estudos da transmissão de Arapiraca III.

O montante ressarcido foi contabilizado na receita da EPE em 2011.

Lucro (Prejuízo) do Exercício

A EPE apresentou no exercício de 2011 um lucro de R\$ 4.419 mil, diferentemente do prejuízo de R\$ 659 mil registrado no exercício de 2010.

O lucro do exercício de 2011 foi decorrente, principalmente, dos reembolsos de custos dos leilões realizados pela ANEEL.

As despesas com as depreciações e amortizações do ativo, líquidas das receitas de subsídios aplicados no investimento, contribuíram de forma inversa na apuração do resultado.

Recursos Destinados a Futuro Aumento de Capital

O Tesouro Nacional, por intermédio do MME, liberou recursos no montante de R\$ 5.650 mil para cobertura de custeio e investimento da EPE, sob a forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, contabilizados diretamente no patrimônio líquido, com a finalidade específica de capitalização da Empresa.

Orçamento

A EPE, na condição de Unidade Gestora vinculada ao MME, teve aprovado pela Lei Orçamentária Anual – LOA nº. 12.381, de 10 de fevereiro de 2011, seu orçamento para o exercício de 2011.

A seguir, demonstrativo do quadro comparativo das realizações orçamentárias, por grupo de despesas, em relação ao crédito disponibilizado para o exercício de 2011:

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO 2011						
R\$ MIL						
RUBRICAS	LOA 2011	CRÉDITO DISPONIBILIZADO (1)	TOTAL EMPENHADO (2)	SALDO DISPONÍVEL (3)=(1)-(2)	LIQUIDADO ATÉ 31/12/10 (4)	% LIQUIDADO (5) = (4) / (1)
1 - PESSOAL E ENCARGOS	51.793	52.543	50.204	2.339	49.423	94,06%
2 - BENEFÍCIOS	2.893	2.939	2.747	192	2.646	90,03%
3 - CAPACITAÇÃO	880	550	439	111	432	78,55%
4 - CUSTEIO	19.315	20.485	19.747	738	15.283	74,61%
5 - CUSTEIO PAC	25.340	10.230	7.609	2.621	5.701	55,73%
6 - INVESTIMENTO	4.172	545	269	276	190	34,86%
TOTAL === >>>	104.393	87.292	81.015	6.277	73.675	84,40%

Perspectivas para o ano de 2012

Destacamos os principais estudos que serão desenvolvidos pela EPE no exercício de 2012, bem como o contexto econômico-financeiro e administrativo:

1. Balanço Energético Nacional

Será elaborado e publicado o Balanço Energético Nacional 2012 – Ano base 2011, nos mesmos moldes do BEN 2010.

2. Plano Decenal de Expansão de Energia

Em 2012, será preparado o Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2021, que vai incorporar sugestões e recomendações oriundas da Consulta Pública do Plano Decenal 2020, bem como, a incorporação dos novos cenários da macroeconomia mundial e nacional na expansão no mercado de energia.

3. Anuário Estatístico de Energia Elétrica

Será elaborado e publicado o Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2012 – Ano base 2011

4. Monitoramento, Acompanhamento e Análise do Mercado de Energia

Estudos de acompanhamento regular do mercado de energia:

- Resenhas mensais do acompanhamento do mercado de energia elétrica (12 edições);
- Boletim de Conjuntura Energética (4 edições);
- Revisões Quadrimestrais de demanda de energia elétrica (2 edições regulares)

5. Estudos no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica Brasil/Alemanha

- Estudos sobre indicadores de eficiência energética;

- Estudos sobre curva de custo potencial (custo marginal) de medidas eficiência energética;

6. Estudos no âmbito do Projeto META

Em 2012, os seguintes estudos, perfazendo um total estimado de R\$ 3.449.770,00 de orçamento, serão iniciados no âmbito do Projeto Meta (valor por projeto apresentado entre parênteses):

- Pesquisa do consumo de energia no setor serviços, com objetivo de levantamento de dados primários necessários para elaboração de projeção do consumo de energia para o setor de serviços no Brasil (R\$ 1.345.000,00);
- Análise da eficiência energética em segmentos industriais selecionados, com vistas à obtenção de dados básicos de uso de energia para as tecnologias usuais e as mais eficientes em segmentos industriais brasileiros selecionados (R\$ 1.019.173,00);
- Avaliação do mercado potencial de gás natural no Brasil, com foco no segmento industrial brasileiro, a partir de levantamento de dados primários e análises georreferenciadas (R\$ 1.085.597,00).
- Acordo de cooperação técnica com o INMET com vistas ao levantamento e validação de séries anemométricas históricas de longo prazo para estudos de modelagem estocástica da geração eólica.

7. Estudos de Impacto Ambiental

Em 2012, será preparado o Edital de Contratação para o desenvolvimento do Estudo de Impacto Ambiental – EIA - da UHE Bem Querere, o maior projeto identificado no estudo de inventário da Bacia do rio Branco (RR), com potência instalada de 708,4 MW (67% da potência da Bacia). Este empreendimento integra o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2.

8. Conservação da Biodiversidade nas Bacias dos Rios Tapajós e Juruena

Em 2012, as atividades do grupo de trabalho (EPE e MMA) continuarão, estando previstas duas oficinas a serem realizadas no Rio de Janeiro e em Brasília respectivamente. Na primeira oficina deverão participar pesquisadores do INPA, Unicamp, Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Museu Emílio Goeldi entre outras instituições. Nessa oficina serão realizadas discussões para construção do mapa de vulnerabilidade do ambiente aquático das Bacias em estudo. Na segunda oficina será apresentado o estudo consolidado para o MME, MMA, IBAMA, EPE, ICMBio, Banco Mundial e outros interessados em seus resultados.

9. Estudos sobre a indústria de petróleo, gás natural e biocombustíveis

- Atualização da base de informações do Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás (BIZROG);
- Continuidade dos estudos relacionados à expansão da malha dutoviária do País;
- Estudos de acompanhamento do mercado global de Gás Natural Liquefeito (GNL) e das metodologias para cálculo dos volumes de GLP oriundos das Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGNs);
- Estudos técnicos relacionados ao uso do gás natural ainda pouco ou nunca utilizadas no país, como por exemplo, gás não convencional (*shale gas*) e estocagem subterrânea de gás natural;
- Elaboração de proposição de portaria que regulamenta os procedimentos de provocação por terceiros para construção ou ampliação de gasodutos de transporte;
- Estudos associados ao PEMAT: nota técnica “Comentários à portaria de regulamentação dos procedimentos de provocação por terceiros para construção ou ampliação de gasodutos de transporte”;

- Participação em grupo de trabalho com o MME/ANP para avaliação de possível regulamentação de gasodutos para suprimento de gás natural nas regiões próximas às fronteiras dos Estados;
- Elaboração de site para recebimento e tratamento de informações sobre a infraestrutura de gás natural;
- Continuidade dos estudos relativos à projeção do balanço de oferta e demanda de gás natural para o planejamento da expansão da infraestrutura da malha de suprimento de gás natural brasileira e dos investimentos a ela associados;
- Elaboração de base de dados e de metodologia de EVTE para construção e montagem de gasodutos de modo a dar suporte às funções da EPE no que tange ao novo marco regulatório do gás natural;
- Continuidade dos trabalhos de aprimoramento de modelos relacionados ao planejamento energético das áreas de petróleo, gás natural, refino e logística de derivados de petróleo e biocombustíveis, bem como da demanda de combustíveis para o setor de transporte;
- Estudos específicos nas áreas de preços de petróleo, derivados e biocombustíveis, demanda de combustíveis para transporte, refino e logística de petróleo e derivados;
- Estudos específicos relacionados à oferta de biocombustíveis, com ênfase nas tecnologias industriais e agrícolas de produção e impactos na área de plantio, além de bioeletricidade a partir da cana-de-açúcar;
- Estudos sobre os mercados internacionais de petróleo, derivados de petróleo e biocombustíveis, visando o estabelecimento de estratégias e propostas de políticas públicas.

10. Gestão Administrativa e Financeira

A EPE está desenvolvendo o seu Planejamento Estratégico, já tendo realizado as primeiras atividades relacionadas ao tema. Espera-se que em 2012 o processo esteja implantado, repercutindo favoravelmente nas suas ações.

Em 2011, foi contratada consultoria para a revisão do projeto denominado CEDOC – Centro de Documentação e Conhecimento, que abrange o modelo de gestão documental da Empresa, o tratamento do seu acervo, o protocolo, bem como o mapeamento de processos e a organização do sistema normativo, que, após avaliação, recomendou a contratação por meio da divisão desses objetos. O trabalho está em andamento e as licitações ocorrerão em 2012.

Agradecimentos

A Administração da EPE agradece ao Ministério de Minas e Energia, aos seus clientes, fornecedores, parceiros e demais agentes setoriais, pelo apoio recebido no ano de 2011. Em especial, aos empregados, requisitados, estagiários e demais colaboradores e prestadores de serviços, pelo empenho, dedicação e capacidade profissional que tornaram possível enfrentar o desafio de consolidar a EPE, tarefa que prosseguirá e será ampliada em 2012, mercê dos necessários avanços que serão postos em prática.